



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Comitê de Tecnologia da Informação

**ATA DA OITAVA REUNIÃO DO COMITÊ DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.**

Aos doze (12) dias do mês de maio do ano de dois mil e oito (2008), às nove horas e trinta minutos (09h30), no auditório "Procurador de Justiça João Bosco Carneiro," reuniu-se o Comitê de Tecnologia da Informação, instituído pela INSTRUÇÃO NORMATIVA GPGJ nº 003/2007, de 1º de outubro de 2007 e designado pela Portaria Nº 1.392/2007, publicada no 2º caderno do Diário da Justiça do dia 11 de outubro de 2007, composto pelos seguintes Membros: **Procurador de Justiça Alcides Orlando de Moura Jansen, Secretário-Geral do Ministério Público Cláudio Antônio Cavalcanti, Promotor de Justiça Corregedor Alexandre César Fernandes Teixeira, Promotor de Justiça Gustavo Rodrigues Amorim, Diretora de Planejamento Arlinda Maria Pimentel Rodrigues Leite, Chefe Substituto do Departamento de Informática Felipe Sette Carneiro de Moraes e o Assessor de Informática Daniel Cavalcanti Lins Falcão.** A reunião foi coordenada pelo Promotor de Justiça Doutor Gustavo Rodrigues Amorim, em virtude do gozo de férias regulamentares de Dr. Alcides, conforme registro na Ata da Sétima Reunião do COMTI. Dr. Gustavo abriu os trabalhos submetendo à aprovação dos presentes a ata da sétima reunião do Comitê de Tecnologia da Informação do Ministério Público; aprovada, todos os membros assinaram a referida ata e o Dr. Gustavo pediu para que a Diretora de Planejamento encaminhasse através de ofício uma cópia daquela à Procuradora-Geral de Justiça. Em seguida, Dr. Gustavo falou sobre os entendimentos que tem mantido com o Juiz Dr. Marcos Jatobá e equipe técnica de informática do Tribunal de Justiça com vistas a elaboração de um termo de cooperação para dar celeridade ao processo judicial informatizado. Falou ainda sobre expediente encaminhado a Procuradora-Geral de Justiça, que concluiu com o seguinte teor: *"As questões que proponho sejam transcritas em convênio a ser firmado o mais cedo possível são: criação da Comissão de Acompanhamento do e-jus; cessão do código fonte do e-jus; disponibilização do sistema **push** para os membro do Ministério Público;*

informatização das Centrais de Inquéritos. Esperamos apenas as notícias sobre a reunião da Comissão Nacional de Informatização dos Ministérios Públicos, nomeada pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais para uma opinião definitiva sobre o sistema informático do Ministério Público. Requer-se seja determinado à Coordenadoria de Informática, através da chefia do Departamento Administrativo para que faça um relatório a V. Exa., e ao Comitê, de todos os sistemas informáticos existentes e em construção no Ministério Público da Paraíba, e proceder ao cumprimento do planejamento estratégico da área, com a fixação da Política de Informática da Instituição.” Ainda com a palavra, Dr. Gustavo comunicou aos presentes que a Procuradora-Geral de Justiça, Dr^a Janete, manteve contato com ele por telefone para falar de sua preocupação em resolver, o mais urgente possível, qual *software* será adotado pela Instituição para informatizar a área fim, podendo contratar uma consultoria para analisar as necessidades físicas e de sistemas para a implantação do processo eletrônico, dando como sugestão o “Sistema Arquimedes”, desenvolvido pelo Ministério Público de Pernambuco, em vista da similaridade nas atividades institucionais, no que todos concordaram por unanimidade. Na seqüência, passou a palavra ao Dr. Cláudio para ele comentar sobre a reunião da Comissão de Informatização dos Ministérios Públicos, realizada dia 06 (seis) de maio do ano em curso, no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em Brasília. Dr. Cláudio falou que foi apresentado aos presentes o Projeto Ministério Público Contemporâneo, enfatizando a área de informática, com o objetivo de conseguir recursos junto ao Conselho Nacional do Ministério Público para os Ministérios Públicos Estaduais que não dispõem de orçamento para investir em tecnologia da informação a exemplo do que foi realizado pelo Conselho Nacional de Justiça com os Tribunais. Disse ainda que existe uma distância muito grande de investimentos em informática entre os Ministérios Públicos Estaduais quanto a estrutura de hardware e software. Continuando, Dr. Cláudio falou que no seu ponto de vista o Ministério Público da Paraíba deve continuar participando das reuniões em Brasília, mas para darmos celeridade as necessidades de informatização da Instituição, precisamos buscar soluções para implantação de nossos sistemas o mais rápido possível. Com a palavra Daniel, que também esteve presente na reunião realizada em Brasília, falou aos membros do COMTI que foram criados 03 (três) grupos de trabalho, conforme a seguir: Definir padrão de interoperabilidade dos sistemas dos Ministérios Públicos Estaduais; Tecnologias de desenvolvimento de software para projeto futuro e unificado e Taxonomia e alteração dos dados da Resolução número 25/2007-CNMP, sendo que o Ministério Público paraibano ficou engajado no terceiro grupo. Em seguida, Dr. Alexandre fez uso da palavra para lembrar aos presentes a visita agendada para o Ministério Público Federal, às 10 horas, com a finalidade de conhecermos as funcionalidades dos sistemas de controle de processos. Na ocasião, Dr. Gustavo

suspendeu a reunião para os membros se deslocarem ao MPF, com exceção de Dr. Cláudio que justificou necessitar despachar documentos urgentes na Secretaria-Geral. Retomando os trabalhos, por volta das 11h30, Dr. Gustavo solicitou que se registrasse em ata que fomos recebidos com relevante atenção e cordialidade no Ministério Público Federal pelo Procurador Yordan Delgado, o Coordenador de Informática Leonardo Torres e a Assessora Jurídica Jodza Medeiros, que falaram sobre o sistema para controle de procedimentos administrativos, realizando uma demonstração de funcionamento do software, bem como da estrutura de funcionamento da área de tecnologia da informação da Instituição. Com a palavra Dr. Alexandre que elogiou o sistema em funcionamento na mencionada Instituição e comentou que poderíamos implementar algumas funcionalidades apresentadas no software a ser adotado pelo Ministério Público paraibano. Dando prosseguimento, Dr. Gustavo perguntou a Arlinda o andamento dos trabalhos na Diretoria de Planejamento com relação a informática. Arlinda disse que as informações necessárias que servirão de subsídio a elaboração do edital de licitação da Rede Wan estavam em fase de conclusão, mas que o processo para assinatura do contrato da consultoria ainda estava em andamento na Instituição. Continuando, falou que manteve contato com os técnicos de informática do Ministério Público de Pernambuco com vistas a cessão do Sistema Arquimedes, tendo sido bem recepcionada a solicitação, bastando para isto que a Dr^a Janete formalizasse, por ofício, ao Procurador-Geral, Dr. Paulo Varejão, pois foi o mesmo procedimento realizado pelos Ministérios Públicos do Tocantins e do Amazonas, que já estão utilizando o sistema. Falou ainda, que o MPPE está organizando um Encontro com os Ministérios Públicos que estão adotando o "Arquimedes", para discutirem implementações de novas funcionalidades, interoperabilidade, enfim, avanços tecnológicos e que desde já, estaria incluindo a participação de técnicos do Ministério Público paraibano no evento. Dando continuidade, Arlinda apresentou aos presentes a proposta de nº 2008049 remetida pela Associação Técnico Científica Ernesto Luiz de Oliveira Júnior – ATECEL, atendendo solicitação verbal de Dr. Gustavo, para desenvolvimento e implantação de um sistema de informações para o Ministério Público do Estado da Paraíba – SIMPE/PB, no valor de R\$ 231.840,00 (duzentos e trinta e um mil, oitocentos e quarenta reais). Na oportunidade, Dr. Gustavo e Daniel analisaram a proposta e falaram que as informações estão incompatíveis com as necessidades no que se refere ao prazo de execução e proteção de propriedade. Em seguida, Dr. Gustavo solicitou que Arlinda expedisse ofício assinado por Dr^a Janete ao Diretor Superintendente da ATECEL, informando o fato e agradecendo

a atenção e presteza dispensadas a Instituição. Na seqüência, Arlinda também apresentou aos membros do COMTI o processo número 1254-08, no qual o Promotor de Justiça Bertrand de Araújo Asfora solicita a instalação de acesso a rede de internet para a Promotoria de Justiça de Cuité. Após discussão sobre o assunto, os membros do Comitê deliberaram por unanimidade pela suspensão do processo devido ao grande número de Promotorias sem acesso a internet, e a possibilidade de duas alternativas para solucionar o problema de outra forma, ou seja, o convênio a ser firmado com o Tribunal de Justiça ou mesmo a extensão da Rede Wan do MP a todo o Estado. Diante disto e de outras colocações, Dr. Gustavo despachou no processo, que por unanimidade dos presentes, deveria se aguardar as referidas soluções. Nada mais havendo a tratar, o senhor Coordenador deu por encerrados os trabalhos e Eu, _____, Secretária, lavrei a presente Ata que assino com os demais Membros do Comitê de Tecnologia da Informação do Ministério Público da Paraíba. Em João Pessoa aos 12 de maio de 2008.

Alcides Orlando de Moura Jansen
Procurador de Justiça – Coordenador

Cláudio Antônio Cavalcanti
Promotor de Justiça/Secretário-Geral

Alexandre César Fernandes Teixeira
Promotor de Justiça Corregedor

Gustavo Rodrigues Amorim
Promotor de Justiça – Coordenador em exercício

Arlinda M^a Pimentel R. Leite
Diretora de Planejamento

Felipe Sette Carneiro de Moraes
Chefe do Departamento de Informática em exercício

Daniel Cavalcanti Lins Falcão
Assessor de Informática